

## AS NOVAS REIVINDICAÇÕES PELA LIBERTAÇÃO DAS TERRAS NA GUIANA DE COLONIZAÇÃO FRANCESA: TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE COLETIVA, UM DESAFIO DE AUTODESCOLONIZAÇÃO PARA OS POVOS AMAZÔNIDAS INDÍGENAS E AFROGUIANESES

### THE NEW CLAIMS FOR THE LIBERATION OF LANDS IN FRENCH GUIANA FROM FRENCH COLONIZATION: TERRITORIALITY AND COLLECTIVE IDENTITY, A CHALLENGE OF SELF-DECOLONIZATION FOR THE AMAZONIAN INDIGENOUS AND AFRO-GUYANESE PEOPLES

**Raphaëlle Servius-Harmois<sup>1</sup>**

Instituto INTERRMUN'Ã, Guiana Francesa  
<https://orcid.org/0009-0006-4594-6272>

*Aos Gangans de Mana que se levantaram e foram para as matas  
Agô Gangan yé! Saluba Iyámi!  
(In memoriam Maurício Paixão)*

#### RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal uma apresentação dos múltiplos desafios enfrentados por povos indígenas e afrodiáspóricos na Guiana de colonização francesa nas suas novas tentativas de negociar seus pertencimentos territoriais e suas identidades coletivas. Neste contexto de colonização contemporânea, o território amazônico guianês apresenta-se como o teatro de complexas lutas por emancipação e autoafirmação de existências a partir da conexão com a terra. A complexidade dessas múltiplas lutas pelo direito à terra e à existência fora do prisma colonial é perceptível através do emaranhado das diferentes dimensões nas quais elas se afirmam: são simultaneamente lutas pessoais, coletivas, étnicas,

---

<sup>1</sup>Qmọ Òrișà, Mulher Afro Amazônida de tradições originárias Arowaka. Tradutora e Professora de línguas, Pesquisadora autônoma. Participante do 1º Colóquio de São Luís. Pensadora do conceito de feminismo decolonial Afroamazônida "FANMNÈG...FÓ!". Fundadora do Instituto INTERRMUN'Ã de línguas e tradições da Amazônia. Lidera o Projeto de Estudos AFROIANA Urukudan. Membro da CICA – Comissão Internacional dos Colóquios de Afrodescendentes. E-mail: ho.r@interrmuna.com.

raciais, linguísticas, ancestrais, de gênero, com um objetivo compartilhado, o da autodeterminação e da validação de modos de ser no mundo e no território.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guiana. Lutas pelo território. Autodeterminação. Amazônia. Colonialidade.

## **ABSTRACT**

The main aim of this article is to present the multiple challenges faced by Indigenous and Afrodiasporic peoples in French-colonized Guiana in their new attempts to negotiate their territorial belonging and collective identities. In a context of contemporary colonialism, the Guianese Amazonian territory presents itself as the theater of complex struggles for emancipation and self-affirmation of existences based on the connection with the land. The complexity of these multiple struggles for the right to land and to exist outside the colonial prism can be seen in the entanglement of the different dimensions in which they assert themselves. They are simultaneously personal, collective, ethnic, racial, linguistic, ancestral and gender struggles with a shared goal: self-determination and the validation of ways of being in the world and in the territory.

**KEYWORDS:** Guiana. Struggles for territory. Self-determination. Amazonia. Coloniality.

## **1. INTRODUÇÃO**

Após um decênio da realização do Colóquio Internacional dos Quilombolas, Palenqueros, Cimarrones, Cumbes, Saramaka, Boni, Djuka e Garifunas, surgiu uma visão ampliada das resistências, das lutas e da preservação dos territórios pelo continente. Tal percepção trouxe à consciência de pessoas e comunidades Afrodiaspóricas a necessidade de se manter firmes nas suas autoafirmações, nas suas reivindicações por maior equidade, organizando suas reexistência a partir de mobilizações articuladas e fortalecedoras.

Concebido por pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), esse Colóquio constituiu uma reunião continental dos povos de territórios ancestrais, contando com a participação de integrantes do Centro da Cultura Negra, alguns membros da CONAQ e representantes de quilombos. A realização do evento ocorreu simbolicamente no contexto do mês da Consciência Negra, servindo, assim, de catalisador para o reem-

poderamento afrodiaspórico. Foi um encontro histórico que desafiou as barreiras de línguas, as distâncias geográficas e as emoções dos reencontros dos descendentes de Africanos espalhados em várias diásporas, diásporas cuja origem é o comércio negreiro transatlântico iniciado no século XVI.

A partir deste primeiro encontro, o propósito de articulação em rede internacional para pensar novas formas político-organizativas deu uma orientação renovada à existência de movimentos de luta. Da mesma forma, ofereceu um impulso a posicionamentos reforçados, e às vezes repensados, em relação à defesa dos direitos à territorialidade, a seus desafios, às delimitações da militância ao nível do continente de norte a sul, como foi observado nos encontros posteriores. Entre a Conferência de Durban e o fim do primeiro Decênio Internacional das Pessoas Afrodescendentes declarado pela ONU, cresceu a conscientização ao nível global sobre as questões de direitos ao território e à autodeterminação, ligadas também às pautas climáticas globais.

Incentivada pela atmosfera acolhedora maranhense, a “confluência” (Bispo dos Santos, 2023) destas vozes afrodiaspóricas de cosmovisões preservadas nos territórios colonizados levou participantes, desde o alto das marchas do prédio histórico de São Luís, a decidirem que nada poderia mais separá-los, aliviando, assim, o trauma do arrancamento da África Terra Mãe. Em novembro de 2013, durante o debate da Mesa III sobre “Estratégias de organização e conflito”, o finado Prof. Luiz Alves Ferreira (“Luizão”) do Centro da Cultura Negra do Maranhão, perguntava ao Sefiaan Deie, representante do povo Boni da Guiana de colonização francesa, se as comunidades Boni e Saamaka tinham representatividade no governo francês (Acevedo Marin *et. al*, 2019, p. 38).

A resposta dada há dez anos continua a mesma: tal representação é impedida pela dependência institucional e política à Constituição francesa de 1958, a qual determina a “indivisibilidade da República”<sup>2</sup>, na qual só pode existir somente um povo, o povo francês, descartando-se, assim, o reconhecimento constitucional de povos distintos convivendo dentro do âmbito da mesma Nação. Não é de estranhar, portanto, que até hoje a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) não tenha sido ratificada, como já fora mencionado nas mesas do Colóquio de São Luís.

Ao observar esta estagnação institucional, é preciso analisar através de alguns relatos e elementos, trazidos aqui, diversas formas da evolução da

---

<sup>2</sup>Constitution du 4 octobre 1958 - Légifrance (legifrance.gouv.fr)

questão do acesso e da ocupação da terra, assim como a conscientização sobre a relação entre identidade coletiva e terras de tradição durante as últimas décadas. A partir dos posicionamentos governamentais, dos compromissos com políticas públicas em termos de direitos territoriais para pessoas e povos, veremos quais estratégias coletivas foram colocadas nesta parte da região amazônica, administrativamente referida como “território ultramarino francês” e como “região europeia ultraperiférica”.

## 2. CONTEXTO DE EXPRESSÕES DE LUTA PELAS TERRAS

Desde o fim da década de 90, a sociedade civil da Guiana de colonização francesa junto com alguns partidos políticos autonomistas e independentistas tentavam se organizar para mudar as formas de governabilidade do território. Neste contexto, a questão da terra era ali levantada pelas associações, tais como *LATÈ NOU GANGAN*<sup>3</sup>, que entraram em conflito com o Estado francês para a recuperação das terras, o qual é o proprietário de 90% delas (Agence France Presse, 2019). Conseguir concessão de terras formava parte também de reivindicações mais abrangentes sobre a exigência de um novo estatuto que pudesse dar mais autonomia político-administrativa para essa região “ultramarina francesa”, através do “Projet Guyane”<sup>4</sup>, elaborado por representantes dos setores econômicos, sociais, políticos.

A memória da expropriação dos moradores afroguianeses do pequeno povoado de Malmanoury<sup>5</sup>, entre 1965 e 1971, no intuito de implementar a base espacial de Kourou, alimentava sentimentos como uma amarga emoção e muito ressentimento entre pessoas de ascendência africana presentes neste sítio desde a época da escravização. Apesar da magra indenização concedida pelo governo francês da época, perderam pouco a pouco a possibilidade de continuar vivendo na sua comunidade ancestral, com os seus conhecimentos acerca de uma vida social e econômica autônoma baseada no cultivo da terra, a exemplo da prática do “Mayouri”<sup>6</sup>, uma tradição de ação solidária preservada na transmissão oral de cultura afroguianesa da região das savanas. Os sítios de Renner, de l’Anse, de la Savane e de Karouabo, foram

---

<sup>3</sup>Em língua afroguianesa, significa “A Terra dos nossos ancestrais”.

<sup>4</sup>Traduzido como Projeto Guiana.

<sup>5</sup>Localizado entre os municípios de Kourou e de Sinnamary.

<sup>6</sup>Palavra afroguianesa de origem indígena que fala das atividades realizadas em comum para alcançar um objetivo que sirva à comunidade.

completamente removidos do mapa e umas centenas de famílias foram deslocadas para morar na periferia da cidade de Kourou e na vila do município de Sinnamary. Trago aqui o relato de Annie Coëta, neta de moradores expropriados, mulher afroguianesa, líder de uma associação que luta pela libertação das terras, participante das oficinas FANMNÈG...FÓ! (Servius-Harmois, 2021), do Projeto de expressões linguísticas afroguianesas *AFROIANA Urukudan* do Centro INTERRMUN'Á<sup>7</sup>. Ela comenta: “Os lugares da vivência rural não são mais acessíveis pelas famílias e descendentes de moradores de “Manmanou-ry” para homenagear os nossos ancestrais”.

O referendun do 10 de Janeiro de 2010 foi organizado pelo governo francês no intuito de obter aprovação da população guianesa que o território poderia passar a ser regido pelo artigo 74 da Constituição francesa<sup>8</sup>. Esta mudança daria mais competências administrativas e políticas ao território ultramarino. A maioria dos eleitores que participaram da votação (48%) não aprovou a mudança institucional. A campanha e os resultados foram muito questionados por grande parte dos partidos políticos guianeses que na época se declaravam a favor dessa mudança entendida por eles como uma evolução, vendo uma estratégia do governo francês de manter o *status quo* administrativo. Com efeito, a campanha eleitoral tinha sido muito tensa, inserida em um contexto de colonialismo linguístico (Servius-Harmois, 2020, p. 450) em que a língua francesa constitui a única oficial e legítima<sup>9</sup>. Foram também relatados e mediatizados vários episódios os quais opositores utilizavam de pressão sociopsicológica. Entre outras afirmações, previam o futuro da Guiana com uma situação econômica desastrosa “tal essa do Haiti” se fosse aprovado tal estatuto no âmbito da própria República francesa. Em contraste, os partidários da aprovação achavam que era uma oportunidade de recuperar o uso das terras que ainda hoje são propriedade do Estado francês.

Em 2015, constituiu-se uma nova assembleia política, porém permanecendo no âmbito do artigo 73 da Constituição francesa. Essa era composta por conselheiros territoriais da “Collectivité Territoriale de Guyane”, órgão de gestão administrativa local no qual conselheiros pertencendo a Nações Busi

---

<sup>7</sup>AFROIANA Urukudan – FANMNÈG KA BAY. Workshop “Telling our Stories about protecting, defending and fighting for our ancestral lands” – Paramaribo December 10<sup>th</sup> 2022. / Oficinas Vozes de mulheres negras reempoderadas sobre a questão das Terras.

<sup>8</sup>Article 74 - Constitution du 4 octobre 1958 – Légifrance. Disponível em: [legifrance.gouv.fr](http://legifrance.gouv.fr)

<sup>9</sup>Article 2 - Constitution du 4 octobre 1958 – Légifrance. Disponível em: [legifrance.gouv.fr](http://legifrance.gouv.fr)

Konde Sama<sup>10</sup>, também denominadas de Bushinenge, e Indígenas, representam apenas suas regiões administrativas francesas e não suas comunidades tradicionais e/ou étnicas.

Com efeito, a legislação francesa na sua Constituição não reconhece os direitos da existência de comunidades ou grupos étnico-raciais. Todos os conselheiros são eleitos com base na nacionalidade francesa. Na mesma legislação, proíbem-se os censos com dados étnico-raciais (entendidos no sentido antropológico), por serem entendidos como contrários ao princípio de igualdade do artigo 1 da Constituição francesa.<sup>11</sup> Reconhecem-se apenas nas pesquisas estatísticas públicas o nome, a origem geográfica, a nacionalidade ou uma nacionalidade anterior. Não existe, portanto, ressonância nenhuma no contexto atual jurídico francês, a reivindicações por terras com base em argumentos ligados a uma presença histórica de tradições ancestrais em determinado território.

### 3. A MOBILIZAÇÃO SOCIAL DE 2017

Dois anos depois, a muito nova administração local regida pela assembleia única iria conhecer os primeiros protestos e insatisfações da sociedade civil. Em março de 2017, a cidade de Caiena na Guiana de colonização francesa era sede do encontro internacional dos membros da Convenção de Cartagena sobre a proteção das espécies, presidida pela então ministra francesa Segolène Royal. A interrupção mediatizada do encontro por um grupo de ativistas reivindicando mais segurança no território veio lançar um alerta ao nível nacional francês e internacional sobre as realidades de injustiça social.

A partir de então, se organizou um Coletivo denominado de "*Pou la-gwyann dékolé*"<sup>12</sup>, composto por vários movimentos e coletivos formados espontaneamente no território, o qual durante uns dois meses ia paralisar o dia a dia para organizar protestos com a população no intuito de denunciar as condições de insegurança. O nome do coletivo fazia referência à ideia segunda, a qual a população guianesa não aguentava mais ver os foguetes decolarem da base espacial européia de Kourou, gerando sucesso econômico para os países-clientes, acessando a tecnologia da Europa desde o solo guianês, enquanto grande parte das pessoas no território guianês ainda carecia

---

<sup>10</sup>Povos tradicionais Maroon/Quilombola

<sup>11</sup>Constitution du 4 octobre 1958 – Légifrance. Disponível em: [legifrance.gouv.fr](http://legifrance.gouv.fr)

<sup>12</sup>Tradução em português: Para que a Guiana possa decolar

de acesso estável a necessidades básicas (água, energia, telecomunicações, transporte), e pedindo por mais justiça social e econômica.

Das margens dos rios Maroni e Lawa, juntaram-se povos Busi Konde Sama (povos Boni, Ndjuka e Saamaka) à grande mobilização que tinha como propósito chamar cada vez mais a atenção do governo francês. Essa situação provocou múltiplas tensões e resultou em uma ruptura histórica com o tipo de relações estabelecidas entre a população e o poder administrativo de Paris. Coletivos Indígenas e Busi Konde Sama se deslocaram das aldeias até a cidade de Caiena para caminhar juntamente com outros Afroguianeses, aqueles descendentes dos Africanos escravizados no território guianês desde o início da colonização francesa, as pessoas migrantes afrodescendentes, e francesas, os movimentos sindicalistas, os empresários, os funcionários, os estudantes, os advogados, os agentes sociais, os setores privados e públicos representados naquele momento de crise.

“Uma cultura que nos ignora e que nos deixa fora do mapa” (Dussel, 2018) assim poderia ser resumido o sentimento de frustração e de ressentimento da população frente ao tratamento eurocêntrico da crise pelo governo francês durante essa mobilização, às vezes comparada com uma greve geral que se espalhou pelo território inteiro onde “diferentes agentes políticos e interlocutores, se uniram em torno de duas principais perspectivas políticas: aqueles que acusam a França de abandono do território e aqueles que denunciam a dependência e o subdesenvolvimento imposto pelo colonialismo” (Conceição, 2022, p. 41).

A partir daquela mobilização, a reivindicação por terra expressada ao Estado francês não era mais uma pauta exclusiva dos povos Indígenas e das Nações Busi Konde Sama, os quais eram categorizados como únicos beneficiários das *ZDUC* (Zonas de Direito de Uso Coletivo”), uma vez que se constituíam como associações, única forma de reconhecimento institucional para receber titulação das terras ocupadas nas aldeias. Dali para diante, as terras tornaram-se uma das principais pautas destacadas entre as demandas emitidas pelos coletivos ativistas.

Ali, a estratégia escolhida pelo coletivo “*Pou lagwyann dékolé*” foi pressionar as autoridades com uma onda gigantesca de pessoas chamadas para participar de uma marcha simbólica e histórica do dia 28 de março de 2017, em Caiena e em outras cidades do país<sup>13</sup>. Grande parte da população expres-

---

<sup>13</sup>Disponível em: 28 mars 2017: la grande marche (youtube.com)

sava uma saturação com a situação de desigualdade do Estado francês, gritando o famoso e contundente “NOU GON KÉ SA!”<sup>14</sup>. Até então, não se podia imaginar a coesão de uma população guianesa geralmente apresentada a partir das suas diversas categorizações étnicas e raciais que a dividem sutil, mas, certamente, através da sua qualificação de “multicultural”.

O impacto desta greve geral e desta marcha repercutiram ao nível regional, nacional e internacional porque despertaram o interesse e a curiosidade no exterior depois da espetacular ação do coletivo *Les 500 Frères* [Os 500 irmãos], cujos membros participavam dos protestos encapuzados e desafiavam as autoridades governamentais e policiais francesas, impressionando o público ao nunca revelar suas identidades. Afinal, apesar do receio que eles inspiravam no início, eles conseguiram o respeito da população por sua liderança das ações de protesto e suas reivindicações por mais segurança. A resposta das autoridades foi de repressão policial, mas não impediu que os coletivos conseguissem chamar a atenção do governo sobre as realidades de injustiça social, ainda mais depois de ter invadido e bloqueado o centro espacial europeu de Kourou.

A ocupação permanente dos espaços públicos, transformados em sítios “aquilombados” com a presença dos sons dos tambores tradicionais, das falas e dos protestos expressados nas línguas ancestrais dos povos, o caminhar pelas ruas reorganizadas, eram uma forma de reapropriação das terras administradas pelas leis francesas, essas vistas como inadaptadas à realidade local guianesa. Ali, tratava-se de uma forma estratégica de reocupação identitária dos espaços. Neste conflito, desafiava-se também o controle dos corpos racializados pelo uso generalizado de roupa preta para manifestar uma afirmação identitária geográfica coletiva chamada “Guiana” e uma coesão frente a um Estado que não cumpria suas responsabilidades em termos de igualdade de cidadania, assim como foi denunciado pelos coletivos.

Colocando a questão do acesso às terras como condição prévia ao desenvolvimento econômico do território, as organizações da sociedade civil, partidos políticos a favor da autonomia e da soberania se tornaram protagonistas particularmente ativos nos processos de diálogos entre movimentos de reivindicações e as autoridades durante o período do bloqueio generalizado. Confundiram-se, portanto, todas as reivindicações por terras, entre as quais o pedido de ratificação da Convenção 169 da OIT pela França, expressa pelos

---

<sup>14</sup>Em língua afroguianesa, significa “Não agüentamos mais!”.

povos originários, a atribuição de terras aos órgãos de administração local guianesa, bem como a associações da sociedade civil.

Encerrando o período de conflito com o governo central de Paris no dia 21 de Abril de 2017, foram assinados os *Accords de Guyane*<sup>15</sup> [Acordos da Guiana], entre os representantes do governo francês e dos coletivos do “Protocolo Pou Lagwyann dékolé”. Aparecem neste documento do Diário oficial francês do dia 02 de Maio de 2017 (Legifrance, 2017) os seguintes acordos relativos à pauta das terras:

“Cessão de 250.000 hectares às administrações francesas de gestão local CTG<sup>16</sup> (Collectivité territoriale de Guyane) e municípios.

Atribuição de 400.000 hectares aos povos Indígenas pela intermediação de um órgão público implementado junto com o “Grand Conseil Coutumier”<sup>17</sup>, órgão da administração francesa, representativo das lideranças costumeiras Indígenas e Bushiningué”

É preciso colocar uma observação em relação à terminologia utilizada aqui para abordar a questão das terras neste contexto de administração francesa. De fato, trata-se de uma declaração oficial que pretende *attribuir* terras a povos originários que sempre viveram nelas, enquanto a reivindicação dos Povos Indígenas era a da *restituição* das terras e da soberania, como processo fundamental de emancipação à autodeterminação” (Tisserand, 2022). Neste caso específico, opõem-se visões históricas de ocupação e de legitimidade, sintomáticas da dificuldade em descolonizar o relacionamento entre povos e poder.

#### 4. RESISTÊNCIAS EM DEFESA DA AUTONOMIZAÇÃO SECULAR

Depois dos movimentos de mobilização social de 2017, várias dinâmicas de afirmações culturais se revitalizaram a partir dos novos parâmetros de troca entre organizações da sociedade civil do território, pois o olhar de empatia sobre o outro tinha sido incentivado pela necessidade da coesão frente ao governo francês, baseado em Paris. Afirmações identitárias baseadas na defesa das terras ou dos territórios tradicionais e ancestrais surgiram pouco a pouco, sustentadas por preocupações ecológicas e de preservação cultural.

---

<sup>15</sup>Disponível em: Accord de Guyane du 21 avril 2017 - Protocole « Pou Lagwyann dékolé » - Légifrance (legifrance.gouv.fr)

<sup>16</sup>Assemblée de Administração francesa de gestão territorial.

<sup>17</sup>Grande Conselho Costumeiro dos Povos Indígenas e Povos Bushinengue, disponível em: Constitution du Grand Conseil Coutumier - Collectivité Territoriale de Guyane (ctguyane.fr)

É o caso da aldeia de povos originários “Prospérité”, que há uns trinta anos se estabeleceu na região noroeste da Guiana de colonização francesa. Nesta aldeia, onde uma maioria dos seus moradores é da nação indígena Kali’na e expressa a vontade de voltar a um modo de vida tradicional e autossustentável, o movimento de autodeterminação através da conexão com a terra está atualmente sendo ameaçado pela instalação de uma central elétrica. O chefe da aldeia “Prospérité”, o Yopoto<sup>18</sup> Roland Sjabert, defende com seu povo um modo de vida tradicional, baseada na autonomização (Fréquence Terre, 2020) nas terras ancestrais onde vivem umas duzentas pessoas, orgulhosas por manter vivos os ritmos do cotidiano do viver Kali’na nas matas que preservam os sítios sagrados.

Há uns 2 anos, começou a se instalar uma empresa de construção de central elétrica autorizada pelo Estado francês, a qual iniciou um processo de desmatamento intensivo da terra da aldeia, invadindo os lugares de vida e de culto dos moradores Kali’na de Prospérité. Apoiados por outras organizações de povos originários e coletivos ambientalistas franceses, os habitantes se mobilizaram em diferentes protestos, frente às máquinas de desmatamento e frente aos poderes administrativos. Estes protestos, em resistência a mais uma invasão das terras de povos originários que incansavelmente chamam a atenção do resto da população da Guiana sobre os riscos de seu desaparecimento com a instalação da central, têm se intensificado nos últimos meses até chegar a conflitos abertos com as autoridades policiais. Tais conflitos se traduzem em uma repressão física, a qual inclui a interdição para os moradores de acessar os seus sítios de cultivo, de caça e seus lugares sagrados. Este conflito é vivido verdadeiramente como uma luta indígena: imagens circularam mostrando pessoas do povo Kali’na, apoiadas por outros povos originários, enfrentando as máquinas para impedir a destruição da aldeia Prospérité, segurando a bandeira e representando as 6 Nações Indígenas da Guiana de colonização francesa.

Ao analisar este cenário de conflito aberto, uma reflexão aparece sobre a ausência de tentativas de conciliação com os moradores da aldeia. De fato, vários encontros com as autoridades francesas não tiveram sucesso no sentido de tornar possível uma solução que demonstraria respeito a um modo de vida ancestral por parte de um país que se reivindica em favor dos direitos humanos. Apesar

---

<sup>18</sup>Yopoto é o nome do título dado ao cacique na língua Kali’na, ou lideranças da Nação Kali’na.

das repetidas argumentações do Yopoto Sjabert sobre a necessidade de deslocar a instalação da central elétrica para outro sítio, não apenas por uma rejeição da sua presença e utilidade no território da Guiana, mas no intuito de preservar a qualidade de vida, a segurança ambiental e permitir a continuidade da autonomia da aldeia em termos de auto suficiência alimentar. Podemos questionar, portanto, se a vontade assumida publicamente de se tornar uma “aldeia autônoma” constitui também um motivo das cristalizações desse conflito.

Em um contexto onde políticas públicas são focadas nas infraestruturas de desenvolvimento das áreas interioranas, esta resistência do povo Kali’na foi pouco a pouco apresentada na mídia e em posicionamentos políticos diversos, como uma luta de oposição ao desenvolvimento do território que prejudica, por causa da influência de ambientalistas ocidentais, os outros povos da região do abastecimento em energia elétrica. Segundo esta percepção, quem ficaria prejudicado, no caso seriam, sem nomeá-los de fato, os povos de ascendência africana como os povos Busi Konde Sama e outras pessoas de ascendência africana moradoras das áreas próximas. A presença de pessoas racializadas em territórios administrados por leis, que não reconhecem a diferenciação étnica e tradicional, está no centro de um contexto favorável a uma divisão sutil e à oposição implícita entre grupos étnicos e racializados.

As lutas pela terra, no momento presente, passaram a uma fase em que, por não terem sido contemplados os Acordos de 2017 sobre a cessão, atribuição e retribuição das terras, multiplicaram-se desde então as situações de repressão policial. Expulsões, protestos e reivindicações em vários sítios da Guiana se produziram onde vivem pessoas, comunidades ancestrais ou constituídas e povos originários que buscam uma vida de recuperação de práticas tradicionais de autogestão alimentar, social em relação com o ambiente amazônico. A questão das terras teria revelado o aspecto mais profundo da situação de espaços ocupados desde o princípio da “Terra Nullius”, seja a necessidade da autoafirmação como identidade coletiva imprescindível à libertação da terra?

## **5. IDENTIDADE COLETIVA: LUTAS DE MULHERES AMAZÔNIDAS POR SUAS TERRAS**

O desafio da consciência da autodescolonização através da afirmação da identidade nas suas dimensões pessoal e coletiva existe para diversos segmentos da população da região amazônica e, em outra escala, da população guianesa. Quando forças da colonialidade do saber e do poder (Quijano, 2000) reprimem

institucionalmente as expressões de realidades através de uma diglósica língua oficial, abafando ou distorcendo por suas traduções colonizadoras a percepção de um mundo interligado com o ritmo da Mãe-Terra, estão desaparecendo cada vez mais vozes. São vozes de existências que, em contrapartida, conseguem se auto reconhecer e lutar pelos seus direitos a partir da sua reequilibrada re-união, conectadas pela transmissão oral preservada dos conhecimentos ancestrais. Aqui, faz-se necessário abrir espaço para uma perspectiva que leve em consideração as particularidades dessas lutas para as mulheres deste território.

No Colóquio de São Luís do Maranhão, umas dezenas de mulheres participantes do encontro internacional tomaram a decisão, por iniciativa própria e de forma espontânea, de se reunirem com a finalidade de se organizar como protagonistas, bem como de organizar suas vozes empoderadas na constituição de uma rede de mulheres de territórios. No âmbito deste Colóquio, foi uma inesperada revitalização da importância do lugar das guardiãs de saberes e memórias. Ao criar este espaço, mulheres Garífuna, Quilombola, Boni, Afroargentina, Caboverdeana, Afromexicana, Afrocolombiana, Afroguianesa, Black Creole, Afroecuatoriana, Afrobrasileira, Palenquera, Raízal abriram um caminho diferente de pensar e falar ao mundo das realidades dos seus territórios, interconectando memórias africanas das diásporas e consciência plena das suas raízes para expressar uma identidade coletiva de mulheres negras de territórios “insurgentes” (Penha Soares, 2021, p. 522).

Tal iniciativa possibilita uma conexão com o pensamento de Lélia Gonzalez (2018), pensadora do amefricanismo, a qual reflete sobre a estreita relação entre a memória e a consciência. Pois as memórias que “se encontram nos terreiros, nos quilombos, nos territórios ancestrais, nos povos das florestas, nos movimentos negros e indígenas, com os anciões e os griôs, e nas trocas intergeracionais nesses territórios” (PENHA SOARES, 2021:523)

Da mesma forma, no contexto da Guiana de colonização francesa, é possível presenciar a centralidade do papel ocupado por mulheres originárias e de ascendência africana nas lutas por defender suas terras desde décadas. Mulheres cujas existências estão enraizadas neste território amazônico situado entre os rios Maroni e Oyapock demonstram seu engajamento através da sua constante preocupação pelo interesse coletivo e pela preservação das tradições das suas comunidades. Muitas entre elas sempre recolheram o sentido da autoafirmação através dos códigos de cosmopercepções ancestrais preservados, a favor das existências e reexistência.

“Nós [Indígenas] não temos a concepção de comprar terras, a terra precisamos dela, ela é a nossa Mãe... a gente planta, a gente colhe e acima de tudo, a gente não prejudica a floresta”<sup>19</sup>(Tisserand, 2022). Essa afirmação, feita pela Yopoto Cécile Kouyouri da aldeia de Bellevue, em entrevista na televisão de rede pública, reproduzida no filme documentário de Rodrigue Tisserand, traz à tona a cosmovisão das Nações originárias para afirmar uma relação com a terra distinta da concepção ocidental, a qual é relacionada a uma transação monetária, a uma posse entendida através do prisma capitalista.

Alguns anos antes, este enfrentamento desta visão do mundo originária com manifestações da colonialidade do poder na Guiana já tinha sido evocado nas oficinas de pesquisa do Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia<sup>20</sup> realizadas com o povo Arowaka da aldeia de Sainte-Rose de Lima. A finada e então presidente da Associação Kayeno, †Ursula Visser-Biswane, declarava se lembrar ter ouvido um ministro dizer que “os Indígenas são franceses, eles são como os outros, são todos franceses”, ao qual ela reagiu dizendo: “mas direito não têm! Porém somos os primeiros habitantes de toda a América. Até para construir ocas tem que pagar, tem que tirar licença de construção em todo lugar. Nós Indígenas, não estamos acostumados, a gente não conhece isso! (...) tem que pagar taxas pela terra” (PNCSA *et. Al*, 2016).

Mais recentemente, durante o período da pandemia do Covid-19, surgiu o posicionamento desafiador de uma mulher Afroguianesa, descendente de moradores expulsos do seu sítio na região das savanas na década de 1960 no contexto da instalação da base espacial europeia de Kourou. Ao publicar o livro “*Mémoires des expropriés de Kourou et Sinnamary ou l’autre facette de l’implantation du Centre spatial guyanais*”<sup>21</sup>, a autora, Juliana Chocho-Dufail, provocou reações de grande surpresa no país por haver uma percepção subjacente de que tocar no assunto da expropriação era considerado quase um tabu, era mexer com um segredo de Estado. Com esta publicação, ela reabria uma página de contestação, de protestos e de resistências contra um poder colonial violento, apesar da promessa do mesmo de trazer avanços, “modernidade” e “um futuro melhor” através da economia espacial.

---

<sup>19</sup> Disponível em: Terra nulius ? (youtube.com)

<sup>20</sup> Disponível em: 02 – Na Lokono Arowaka Kakuthi Shikwa Khona Sainte Rose de Lima, Kayeninro | Nova Cartografia Social Da Amazônia

<sup>21</sup> Tradução: Memórias dos expropriados de Kourou e Sinnamary, a outra cara da implementação do Centro espacial guianês.

No livro, relatos focam no território de expropriados como um lugar onde dinâmicas de tradições autônomas afroguianesas seculares tinham se reinventado, revelando uma resistência afroamazônica através do pertencimento à terra. Infelizmente, após as expropriações e as consequentes desorganizações sociais, culturais e econômicas, ficou difícil acessar os documentos, os arquivos e outros relatos sobre os acontecimentos daquele dramático e doloroso deslocamento de povoados, constituindo umas centenas de famílias. Apesar da escassez de arquivos, a autora conseguiu recolher os seus documentos de família para organizar o relato dos fatos ocorridos, homenageando também a resistência do pai, um curandeiro famoso, Alfred Chocho†, Afroguianês de Kourou que lutou contra o Estado francês para defender sua terra.

O caráter militante da autora, querendo revelar fatos pouco ou nunca contados sobre os sofrimentos vividos pelas famílias afroguianesas e descrevendo o engano das autoridades com a afirmação “*Yé bloublou nou*”<sup>22</sup> (Chocho-Dufail, 2022, p. 76), evidenciou a inequidade nas avaliações dos bens, a fraca indenização concedida aos moradores, a perda dos recursos do cultivo das terras, da criação de gado e animais que constituíam o valor das atividades rurais da comunidade.

Escrevendo em francês e em língua afroguianesa das savanas, Juliana Chocho-Dufail quis afirmar a existência de uma comunidade de identidade coletiva destacadamente afrodiaspórica amazônica das terras de Guiana. Ela também busca a revitalização das memórias de alguns anciões e anciãs na luta para conseguir o acesso a arquivos detidos pelo centro espacial. Assim, Chocho-Dufail produz uma contra narrativa à ideia de “Terra nullius” quando ela conta da vida harmoniosa e dos “tempos felizes” (2022, p. 21) vividos nos povoados antes da expulsão, promovendo uma autodescolonização das mentes e provocando um interesse crescente na população em lembrar de narrativas alternativas ao discurso colonial.

Esta rememoração iniciada por essa mulher Afroguianesa em busca da afirmação do seu laço ancestral com o território participa de uma libertação mais ampla das terras do peso do esquecimento pela população guianesa. Esta estratégia de autoafirmação enraizada nos territórios ancestrais e nos modos de viver e perceber o mundo é compartilhada por mulheres de pertencimento diferente, tais como a Yopoto Kali’na Cécile Kouyouri, a presi-

---

<sup>22</sup>Tradução do afroguianês: “Fomos enganados”.

denta da associação Arowaka Ursula Visser-Biswane, e a autora Afroguianesa Juliana Chocho-Dufail, as quais, apesar de identificar-se étnica e racialmente de forma distinta, possuem em comum a luta pelos direitos à existência plena fora da violência institucional colonial francesa nos seus corpos, suas comunidades, e seus territórios.

## 6. CONCLUSÃO

A dinâmica da libertação das terras na Guiana de colonização francesa continua caminhando em um percurso percebido como longo e cansativo pela maioria das comunidades e organizações de tradição ancestral originária e tradicional. O posicionamento cada vez mais crescente da população através suas expressões de reexistências coletivas ainda provocam reações de repressão institucional colonial. Mesmo não necessariamente se identificando com essas palavras, as consciências decoloniais vão progredindo através das tentativas de preservação de conhecimentos transmitidos pelos mais velhos e pelas mais velhas, dando continuidade à presença de homens e mulheres de poderosas e dignas expressões de relação ao mundo. Lutas pela recuperação de terras de tradição, pela obtenção definitiva de terras agrícolas, pela restituição de terras originárias, pela atribuição de terras para se reenraizar nas regiões antigamente dedicadas ao garimpo, vão continuando através de reivindicações, de protestos, de reorganização de estruturas administrativas de cultivo e de ocupação de sítios.

Contudo, é possível presenciar a emergência de recentes iniciativas e comprometimento político por parte de representantes eleitos guianeses com posicionamentos decoloniais, a exemplo do deputado Jean Victor Castor, no âmbito de um encontro internacional<sup>23</sup>, organizado em novembro de 2022, sobre a questão das terras colonizadas pela França. Neste contexto, o chamado para a união das lutas dos participantes anticolonialistas dos territórios ultramarinos simbolizou um passo à frente na autodescolonização das estratégias para a libertação das terras.

A situação global de deslocamento de povos e comunidades, obrigados a fugir de desastres ecológicos e ambientais devido às consequências das várias formas de garimpo ilegal, dos tráficos diversos, das guerras e dos conflitos, das instabilidades econômicas, leva este pedaço da Pan-Amazônia a

---

<sup>23</sup>Ralliement International (2022), organizado pelo deputado Jean-Victor Castor.

enfrentar mais questões envolvendo a equação territorialidade e identidades coletivas que políticas públicas ainda não conseguem enxergar nem resolver.

Autodeterminar-se é autonomear-se. Nomear é dar existência. A centralidade da dimensão linguística da luta para a autodeterminação dos povos guianeses indígenas e afrodiáspóricos precisa ser analisada como sendo um dos maiores elementos desafiadores para a libertação das terras. De fato, a pressão colonial institucional existente há gerações para as populações desistirem da escolha de usar suas línguas, cada vez mais crescente, é associada à ausência de reconhecimento jurídico e institucional por parte do governo francês, tanto das línguas quanto do seu direito legítimo e ancestral à autodeterminação.

Existe, assim, o perigo de cair na armadilha colonial que reconhece as pessoas e os grupos exclusivamente através de um referencial geográfico determinado e nomeado pelo poder colonial francês, o qual acaba criando divisões e afastamento entre os povos dominados por um distanciamento espacial institucionalizado e controlado. Dali, todas as expressões de existências tradicionais estão ameaçadas, ou pior, deslegitimadas por não serem reconhecidas como aquelas que carregam as memórias das terras.

A memória da provocação feita durante o Colóquio de 2013, relativa a uma possível representação política do povo Boni e Saamaka no governo francês, emerge, hoje, em meados à recente proposta de constituição de um Senado costumeiro territorial Bushinenge consultivo, integrando o projeto de assembleia autônoma territorial guianês (Guyaweb, 2023), a ser avaliado pelo presidente da República francesa. Para além de “autorizar” um espaço de representação política de grupos étnicos, mas que não possuiriam poder de *decisão*, é preciso questionar de forma mais profunda as circunstâncias sócio-históricas, levando à criação deste espaço, em um contexto onde as aldeias Bushinenge se esvaziam cada vez mais em direção das cidades do litoral.

Como entender essa “volta” às cidades do litoral, territórios historicamente dominados pelo poder colonial francês, de pessoas cujos ancestrais, ao se aquilombar nas matas do interior, manifestaram a vontade de recriar nos seus territórios autônomos modos de existência que rompem com o prisma colonial? Seria esse o resultado de mais de 70 anos de estratégia de “francisação” através da educação colonial dada às crianças Busi Konde Sama do interior, as quais crescem valorizando o poder de um “Senado” na cidade?

Apesar desse cenário difícil para as lutas pela libertação das terras e a autodeterminação dos povos originários e afrodiáspóricos da Guiana de colo-

nização francesa, os movimentos de reivindicação insistem em se manifestar com formas e estratégias cada vez mais diversas e potentes. A confluência entre essas estratégias aponta para possibilidades de resistência múltiplas que insistem em enraizar essas formas de existência ameaçadas pelo poder colonial na força do seu pertencimento aos seus territórios amazônicos.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa Marin; MARTINS, Cynthia Carvalho; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno (orgs). **Cimarrones, Marrons, Quilombolas, Boni, Raizales, Garífunas e Palenqueros nas Américas**. Manaus, 2019.

AGENCE FRANCE PRESSE. **En Guyane, tensions autour du foncier**. Terre-net, August 4. 2019. Disponível em: <https://www.terre-net.fr/foncier-agricole/article/151033/en-guyane-tensions-autour-du-foncier>

BISPO DOS SANTOS, Antônio; PEREIRA, Santídio. **A terra dá, a terra quer**. Ubu Editora, 2023.

COLLECTIVITE TERRITORIALE DE GUYANE. Disponível em: [Bienvenue sur le site de la Collectivité Territoriale de Guyane - Collectivité Territoriale de Guyane \(ctguyane.fr\)](http://Bienvenue%20sur%20le%20site%20de%20la%20Collectivite%20Territoriale%20de%20Guyane%20-%20Collectivite%20Territoriale%20de%20Guyane%20(ctguyane.fr))

CHOCHO-DUFAIL, Juliana. **Mémoires des expropriés de Kourou et Sinnamary ou l'autre facette de l'implantation du centre spatial guyanais**. Cayenne, 2022.

CONCEIÇÃO, William Luiz da. **Nous sommes abandonnés par la France**. Um território da França na América do Sul e o estilhaçar do universalismo no chão da Guiana francesa: experiências, identidades e políticas de assimilação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 2022.

DUSSEL, Enrique. **La descolonización cultural** – 2018 Escuela de formación política Carlos Ometochtzin. Disponível em: [La descolonización cultural - Enrique Dussel \(youtube.com\)](http://La%20descolonizaci%C3%B3n%20cultural%20-%20Enrique%20Dussel%20(youtube.com))

FRÉQUENCE TERRE. **Prosperité, le village de Guyane qui se réinvente une indépen-**

**dance**. 2020. Disponível em: Prospérité, le village de Guyane qui se réinvente une indépendance • Fréquence Terre - La Radio Nature (frequenceterre.com)

GONZÁLEZ, L. Sexismo e racismo da cultura Brasileira. *In*: GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana, 2018. p. 190-214.

GUYAWEB. **Positionnement de l'Association des autorités coutumières de la communauté Aluku de Guyane**. 2023. Disponível em : <https://www.guyaweb.com/assets/POSITIONNEMENT-DES-AUTORITES-COUTUMIERES-.pdf>

GUYANE LA 1°. **La grande marche de 2017**. Disponível em: 28 mars 2017 : la grande marche (youtube.com)

LEGIFRANCE. **Constitution du 04 Octobre 1958**. Disponível: Constitution du 4 octobre 1958 - Légifrance (legifrance.gouv.fr)

PENHA, Maria Raimunda Soares. Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências das mulheres quilombolas. *In*: **Espaço Temático**: Terra, Território e América Latina, 2021. Universidade Federal Fluminense, Departamento Interdisciplinar, Curso de Serviço Social, Rio das Ostras, RJ, Brasil.

PNCSEA; UNAMAZ; ASSOCIATION KAYENO. Projeto Mapeamento Social de Povos e Comunidades Tradicionais na Pan-Amazônia: uma rede social em consolidação. **Boletim Informativo 2 – Na Lokono Arowaka Kakuthi Shikwa Khona Sainte Rose de Lima, Kayeninro**. Manaus, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

SERVIUS-HARMOIS, Raphaëlle. Colonialismo Linguístico e Covid-19: entre contradições do discurso multiculturalista francês e realidades étnico-raciais guianesas. *In*: WAGNER, Alfredo; ACEVEDO, Rosa; ALEIXO, Eriki. **Pandemia e Território**, São Luís: PNCSEA. 2020. 449-454.

SERVIUS-HARMOIS, Raphaëlle. “Agô FanmNèg Fó! Akouman zót fika? Identidade linguística como ferramenta para a descolonização da corporalidade

de mulheres afroguianesas. *In*: **Fazendo Gênero12- Seminário Internacional**; ST027 Contribuições do Feminismo Negro do Sul Global (UFSC) Florianópolis – Brasil, 2021. Disponível em: 1630336908\_ARQUIVO\_6a1776635a-c075a398e83a558cf280cb.pdf (dype.com.br)

TISSERAND, Rodrigue. **Terra Nulius ?** Le Combat pour nos terres. Ralliement international, novembre 2022. Disponível em: Terra nulius ? (youtube.com)

WAGNER, Alfredo; ACEVEDO, Rosa; ALEIXO, Eriki. **Pandemia e Território**. São Luís: PNCSA, 2020.